

**AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - AO SUBPROCURADOR GERAL DA
REPÚBLICA
AO PROCURADOR FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO SR. CARLOS
VILHENA**

Carta do povo indígena Kalankó

O povo indígena Kalankó, municípios de Água Branca e Mata Grande, hoje contam com cerca de 385 indígenas residentes no território distribuídos nas aldeias Gregório, Lajeiro do Couro e Januária, e mais 150 indígenas vivendo em outras localidades. Em vistas da retomada que promovemos em 2010 nosso povo passou a ter o reconhecimento étnico. A retomada também motivou ameaças e agressões contra o povo indígena, que ainda enfrentam tais situações no dia a dia nas cidades.

Quanto ao território, solicitamos a retomada do GT e continuidade da Demarcação de Território Indígena do Povo Kalankó em Água Branca e Mata Grande. Hoje existem muitos não indígenas no território, com amplas fazendas com monocultura, inclusive com plantação de milho transgênico, com pulverização de venenos, agrotóxicos. No território em estudo, há uma nascente que mina, a qual atualmente encontra-se dentro de uma fazenda, era uma minação de acesso livre e de minação constante, agora foi privatizada, fechada e perdeu a vazão a partir também do desmatamento na nascente e das matas ciliares.

A ausência da demarcação territorial faz com que muitos indígenas não tenham terra para viver, plantar e sobreviver, necessitando de arrendar terra dos fazendeiros, e muitos sobrevivem com o auxílio dos benefícios sociais do governo, de modo que pela falta de condições de vida, muitos precisam migrar para trabalhar em lavouras de cana de açúcar e café em busca de sobrevivência. A obtenção de matéria prima para as vestes e medicina indígena ou não existem mais por conta da não preservação ou estão em áreas inseridas dentro de fazendas, o que também dificulta nossa sobrevivência cultural e manutenção das nossas tradições religiosas.

Quanto à educação, não possuem atendimento de educação escolar indígena. De modo que os estudantes precisam ir para as escolas municipais, onde enfrentam muitos preconceitos e episódios de racismo. A violência e ameaças contra o povo, fez com que muitos indígenas não mandassem seus filhos para a escola com medo de represálias, fazendo com que atrasasse os estudos e a formação das crianças e adolescentes.

Quanto à saúde, existe necessidade fortalecimento do atendimento à saúde como prevê o SASI-SUS, com a especificidade da saúde indígena. Não recebemos um atendimento com foco na especificidade indígena. Profissionais do polo básico exclusivos para o povo Kalankó. Articulação pela SESAI dos casos de média e alta complexidade nas redes municipais e estaduais. Necessidade de ambulância para transporte de pacientes nos casos de urgência e emergência. Aperfeiçoamento do sistema SIASI, que hoje se encontra limitado para ser inserido todas as informações que queremos, como o perfil epidemiológico, o sistema não produz relatórios finais fidedignos, o SIASI encontra-se obsoleto para a complexidade das demandas de saúde indígena, em muitos momentos não apresentam todas as informações necessárias, precisando serem inseridas informações à mão, o que dificulta o

dia a dia do atendimento à população. Necessidade de que os profissionais da saúde indígena sejam vinculados à própria SESAI, sem a terceirização desses, que acabam por não terem segurança jurídica e trabalhista no decorrer de suas funções.

Brasília, 28 de março de 2023.

Antônio da Silva

Kauã da Silva Santos

Viviane dos Santos Gomes

Reginaldo Lopes dos Reis

João Batista dos Santos Gomes